



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA COMUM E A RELAÇÃO COM O AEE

ASSÍRIA VASCONCELOS LEITÃO

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

**RESUMO** Este artigo baseia-se na experiência em sala de aula pela análise do preparo dos professores da sala comum para com os alunos público alvo da educação especial, e no atendimento educacional especializado (AEE). Os objetivos do projeto são: averiguar a efetivação da educação inclusiva na escola regular, buscar os problemas que impedem as práticas inclusivas em sala de aula e inspecionar se a gestão escolar cumpre seu papel quanto à inclusão. De forma a efetivar a pesquisa foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a entrevistas, observação e análise documental. A partir destes processos, foi visto que o corpo docente, a gestão e as famílias necessitam articular-se para que ocorram melhorias na estrutura inclusiva e as crianças público-alvo da educação especial possam, efetivamente, serem incluídas no ambiente escolar. **PALAVRAS-CHAVES:** ESCOLA COMUM; AEE; GESTÃO ESCOLAR. **ABSTRACT** The present article is based on the experience in the classroom through the analysis of the teachers' preparation of the common classroom for the students of the special education and specialized educational services (SES). The objectives of the project are: to ascertain the effectiveness of inclusive education in the mainstream school, to seek the issues that are preventing the inclusive practices in the classroom and to inspect whether the management the school fulfills its role as to inclusion. To make the research were used as data collection instruments, the interviews, observation and documentary analysis. From these processes, it was seen that the teaching staff, management and families need to coordinate to improvements in the structure that is inclusive and children target public of special education may, effectively, to be included in the school environment. **KEYWORDS:** COMMOM SCHOOL; SES; SCHOOL MANAGEMENT.

**A INCLUSÃO NA SALA DE AULA COMUM** A Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 propõe a mudança de valores, atitudes e práticas educacionais para atender a todos os estudantes, sem nenhum tipo de discriminação, assegurando qualidade na educação. O professor de sala comum deve ver todos os alunos como seres únicos, com as suas experiências, interesses e atitudes e é a escola que tem de se adaptar aos seus alunos. A diferença surge como uma mais-valia, como uma oportunidade de desenvolvimento (AINSCOW, 1999). A partir desses conhecimentos torna-se necessário analisar se essa atenção é dada de forma efetiva nas escolas brasileiras. Diante de inúmeras dificuldades encontradas nas escolas, a real inclusão de todos os alunos é muitas vezes negligenciada por alguns professores. Contudo, a inclusão é um direito que deve abranger e garantir a todas as crianças público alvo da educação especial o acesso a novas experiências educativas e a consolidação de suas aprendizagens. Mantoan (2006) vem afirmar que a educação inclusiva deve alterar as estruturas não da educação especial e regular, mas toda a estrutura de integração nos diferentes âmbitos. Foi observado que este público alvo enfrenta uma condição histórica de séculos de exclusão social, contudo essa relação à medida do tempo foi alterando-se. Segundo Aranha (2000), a relação que a sociedade mantém com essas pessoas passou pelos paradigmas da institucionalização, integração e inclusão. No âmbito educacional, vemos que há o desenvolvimento do interesse das potencialidades de cada indivíduo. É preciso explicar os diversos fatores que influenciam na problemática da educação inclusiva: familiares, docentes, políticos, psicólogos e a própria comunidade. Todos estes intervenientes contribuem para o desenvolvimento do processo educacional de cada criança. Os profissionais deverão valorizar e incentivar a participação da família, além de criar relações de parceria com os pais das crianças, partilhando com eles informações e estratégias, visando garantir a sua participação ativa em todos os processos que envolvam a habilitação e integração social dos seus filhos. Portanto, este trabalho tem como objetivo averiguar a efetivação da educação inclusiva na escola regular, verificar a relação da professora do Atendimento Educacional Especializado com a professora da Sala Comum e a relação das mesmas com a família. O artigo visa debater acerca de reflexões sobre a importância da inclusão dos alunos público-alvo da educação especial. Além disto, a análise foi realizada buscando enfatizar a necessidade de uma maior atuação, por parte dos professores da sala comum, na construção do conhecimento de todos que estão presentes em sala de aula. Acerca da metodologia, a coleta de dados foi realizada por uma pesquisa bibliográfica, a qual foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Além disso, os dados foram desenvolvidos através de uma pesquisa qualitativa, a qual tem um papel social de visualizar o contexto, gerar hipótese e até mesmo detectar problemas através de pesquisas realizadas em uma parcela de um todo, que podem gerar conclusões. Também foram realizadas visitas à uma escola municipal de Fortaleza, além de anotações em diários de campo, coletas de dados realizadas em entrevistas semiabertas e por fim, a proposta de uma aula de intervenção inclusiva

em sala de aula. Dessa forma, acredita-se que a inclusão dos alunos deve ocorrer para que todos efetivem sua aprendizagem e se sintam parte do grupo e de uma maneira mais ampla, da sociedade. A partir do interesse do mediado, da afetividade e da partição dos familiares a inclusão pode ocorrer em sala de aula atendendo todas as individualidades de um grupo heterogêneo. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA BRASILEIRA** Segundo o censo de 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência física ou intelectual. A educação para essa parcela da população deve ser estabelecida, segundo a legislação, na rede regular de ensino, assim a escolarização deve acontecer na classe comum. Contudo, com base nas informações deste mesmo censo, apenas 34,4% de pessoas com necessidades especiais em idade escolar estão matriculadas em escolas comuns. Vemos que são inúmeras as políticas que contribuem para a entrada do aluno nas escolas, porém torna mais difícil controlar as práticas realizadas dentro de sala de aula para a inclusão de todos. Mantoan (2006) afirma que:

A Constituição de 1988 e leis educacionais que apoiam a necessidade de reconstruir a escola brasileira sob novos enfoques educacionais e que nos conclamam a uma virada para melhor de nosso ensino. Há apoio legal suficiente para mudar, mas só temos tido, até agora, muitos entraves nesse sentido. (Mantoan, 2006, p.24)

Contudo, a educação brasileira enfrenta o desafio de garantir a acessibilidade e a permanência de todas as crianças de modo que elas possam se apropriar dos bens culturais traduzidos como conhecimentos escolares. Os obstáculos a serem enfrentados estão no despreparo de muitos professores, a falta de material, desinteresse por parte de muitos familiares e a falta de articulação entre a sala comum com a educação especial. **A EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA** O projeto, ao analisar a perspectiva de aprendizagem para Feuerstein (1995) observa que existem duas formas de consolidar a aprendizagem: a forma direta, que ocorre através do contato e da interação que a criança tem o com meio; e a mediada, a qual possui um mediador que facilita e organiza a forma que o aluno interpreta as experiências vividas. A partir disto, na educação inclusiva o mediador deve considerar o ritmo de aprendizagem de cada um, o ambiente o qual está inserido, utilizar metodologias distintas e buscar novas formas de avaliar cada aluno. É importante destacar que a inclusão não é funcional apenas para alunos que possuem necessidades especiais, ela é essencial para todos. Para que seja

efetivada a inclusão é necessária uma aliança entre alunos, professores, família, gestão e comunidade, no objetivo de desenvolver a formação do cidadão. Segundo Carvalho (2000):

Parece impossível, pois, compreender ou explicar as dificuldades de aprendizagem sem levar em conta os aspectos orgânicos, psicológicos ou sociais, banalizando a importância de cada um, isoladamente ou desconsiderando suas intrincadas inter-relações. Na verdade, há que examinar o dinamismo existente entre todos os fatores, sem atribuir unicamente a um deles a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar do aluno. (Carvalho, 2000, p. 71) Assim, torna-se fundamental rever o processo de ensino e de avaliação desses alunos. Através de uma avaliação interdisciplinar que releve aptidões de cada indivíduo e busca desenvolver os aspectos cognitivos, sem deixar de levar em conta as duas limitações físicas ou mentais, as emoções, o psicológico e a estrutura familiar de cada um. **A FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL INCLUSIVO** Quando se trata de inclusão, primeiramente, é de suma importância um rompimento com a noção que o senso comum traz, de que apenas o deficiente deve agir para encaixar-se em um grupo social. Contudo, a inclusão procura colocar o deficiente dentro da estrutura da qual ele tem o direito de participar. Entre estes grupos, a escola e a família são os que em primeiro lugar precisam e devem estabelecer a inclusão. Para Mantoan, a valorização, junto com o conhecimento acerca das características étnicas e culturais dos variados grupos sociais que tecem a sociedade, e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes, têm indicado que novos caminhos devam ser traçados nas instituições e nas famílias. Assim, a família tem um papel fundamental na relação com a escola para trazer as especificidades do aluno e da sua estrutura familiar, ajudando o professor a ter uma visão mais abrangente do aluno. Além disto, a família treinar a autonomia da criança com deficiência é fundamental para que os aprendizados se consolidem dentro e fora de sala. A família do aluno com necessidades especiais tem grandes responsabilidades sobre as ações da criança, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Contudo, muitos dos familiares se omitem dessas responsabilidades e negligenciam que o maior desenvolvimento e aquisição de competências ocorrem, apoio dos profissionais e da família, através da integração do o aluno. Família e Escola devem se aliar e encontrar formas criativas de convivência, além de buscar formas de

interação com a comunidade. É necessário que os pais se tornem conscientes e mobilizem-se para apoiar e colaborar com o processo educacional do filho. Para isto, a gestão tem um fundamental papel na promoção de eventos para debater temas relacionados. Afinal, é necessário que os pais tomem consciência e mobilizem-se para apoiar e colaborar com o processo educacional do filho. **A RELAÇÃO DA SALA COMUM COM O AEE** Segundo a legislação brasileira, verifica-se que os alunos com necessidades educacionais especiais têm direito à educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar, que deve ser realizado no contra turno em Salas de Recursos Multifuncionais na escola onde estejam matriculados. Contudo, essa articulação no cenário brasileiro está deficiente. Muitas vezes os profissionais não entendem seu papel diante da inclusão e acabam por dificultar o diálogo entre a sala comum e a sala de AEE. É necessário um maior estímulo por parte da gestão, buscando promover o encontro entre estes profissionais, visando o despertar de interesse por parte desses profissionais e garantir condições de aprendizagem para os alunos. De acordo com Silva (2011), a articulação entre os professores altera diretamente em suas metodologias em sala de aula, refletindo na aprendizagem das crianças. Para a autora:

Ao conhecer as práticas da sala regular a professora do AEE passa a ter maior conhecimento sobre as crianças com que trabalha, da mesma forma que as professoras do ensino comum se apropriam de mais elementos sobre as crianças na medida em que acompanham o desenvolvimento no AEE. (Silvia, 2011, p 137)

Assim, vê-se a necessidade de maior diálogo nas escolas e a participação de todos para que os alunos com necessidades especiais não se tornem apenas números e sim tenham experiências em sua vivência escolar que propicie o desenvolvimento e a consolidação da aprendizagem. **CONHECENDO O HISTÓRICO DA ESCOLA** A escola objeto de análise da pesquisa foi inaugurada e posta em funcionamento em 26 de novembro de 1999, e antes funcionava apenas como um centro educacional para a comunidade. Ela está localizada em uma comunidade periférica de Fortaleza, na Rua Júlio César – Benfica. O terreno da escola foi adquirido pela congregação Sagrada Família de Nazaré, e o Serviço de Colaboração e Ajuda Internacional Piamartino (SCAIP) colaborou com 55% das despesas da construção do prédio as

despesas complementares foram providas pela comunidade, através de doações e eventos, e por este fator, a Escola Paulo de Melo é uma escola que tem uma relação muito grande com a comunidade. Acerca da área física do espaço, segundo o PPP mais recente da escola (2006), disponibilizado pela secretaria, ela “dispõe de salas com mobiliário apropriado para as crianças da educação infantil iluminação e o arejamento são satisfatórios reforçados com ajuda de luz e climatização artificial.”. Entretanto, em sala de aula pode-se perceber pontos que contradizem este documento escolar, que inclusive está bastante desatualizado. Presenciamos o Professor A sendo obrigado a desligar os ventiladores durante uma leitura com os alunos em sala, dado o barulho que ele fazia, e ao desligar os ventiladores a permanência na mesma era insuportável, pelo calor que aquele ambiente proporcionava, fazendo inclusive o professor sair da sala e ir para o corredor realizar a leitura de lá. Com isso fica o questionamento, será que este é um ambiente que propicia uma aprendizagem de qualidade a seus alunos?

Alterações precisam ser feitas neste ambiente, conforme o MEC instrui como sendo necessário “Verificar as condições do ambiente construído após determinado tempo de uso. Essa identificação funciona como fonte de retroalimentação para futuros projetos semelhantes.”. Segundo os dados trazidos pela profissional do AEE a escola comporta 18 alunos com necessidades especiais que são laudados e 33 sem laudo. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PAULO DE MELO: Inclusão, Gestão e os Professores** O projeto acredita que a grande parte do trabalho inclusivo realizado pelos profissionais em sala de aula depende da gestão e a importância dada por ela à inclusão dos alunos público alvo da educação especial, entretanto aquele que legitima e dá a real importância a isso, ou não, é o professor, estando em suas mãos o papel de romper barreiras daquela velha educação que segmenta e exclui, e agir, pelo menos, no sentido de concretizar aquilo que a LDB prescreve no inciso IX, art. 4 como sendo necessários “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.”. Vários aspectos se mostram necessários para efetivar a prática da educação inclusiva na escola regular, mas o fator primordial e essencial é a interligação entre professores da sala comum, sala do AEE, coordenação e gestão, de uma forma geral. Como é legitimado na Resolução 04/2009, Art VIII, que traz uma das atribuições do

profissional da sala do AEE: “Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.”. Estando a gestão em sintonia e focada na inclusão, vem o segundo fator primordial que é essa mesma interligação só que entre a escola e os pais e/ou responsáveis do aluno público-alvo da Educação Especial. Quando essas duas situações se concretizam, grande parte, quizer todo o trabalho inclusivo ocorre de maneira natural, entretanto não foi o que constatamos em nossa experiência dentro dessa escola. Sage (1999) fez considerações importantes ao refletir acerca do papel da gestão na construção e qualidade de uma escola inclusiva:

“A maneira pela qual os diretores exercem as forças simbólicas e culturais através de suas atitudes e comportamento é particularmente importante quando se exemplificam as ações e as atitudes necessárias para a prevalência de um ambiente inclusivo nas escolas. Primeiramente, o comportamento do diretor é que estabelece o clima pelo qual se resolve que a escola é de todas as crianças.” Sage (1999, p. 238) Nesse contexto julga-se necessária uma autoanálise dos gestores em suas práticas simplesmente quanto gestão de uma escola; e, no que diz respeito à inclusão, se articularem melhor e promoverem formação aos professores e coordenadores sobre a importância desse assunto e a importância da sua concretização no sentido de garantir a todas as crianças lá matriculadas o atendimento inclusivo necessário, legitimando isso a UNESCO, através da Declaração de Salamanca (1994) sinaliza que: “Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.”. **NA SALA DE AULA** A partir das observações o artigo pode concluir que existem “profissionais” e “profissionais”. Na experiência em sala de aula houve o contato com dois professores que demonstraram comportamentos totalmente antagônicos do que diz respeito às práticas inclusivas e no tratar dos alunos público alvo da educação especial dentro de sala de aula. Um dos professores não se mostrou sequer disposto a incluir os alunos em sala, deixava-os bastante livres, inclusive para passar a aula dormindo, sem nenhum material em cima da mesa, sair ou brincar quando quisesse,

contanto que não atrapalhasse o rendimento do restante da turma. Este mesmo profissional fez comentários de mau gosto sobre o tipo de cabelo de uma aluna em sala de aula, que dão autonomia aos outros alunos para além de fazerem comentários, tirarem brincadeira e que a longo prazo podem ter consequências negativas na auto estima e na forma como essa menina se identifica como pessoa, demonstrando não somente ser um professor sem práticas inclusivas, como também sendo um reforçador de preconceitos e criador de estereótipos, não condizentes com o papel dele de formador de caráter. A Constituição da República (1988), quando diz ter como objetivo o de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, imagina uma sociedade a qual as escolas são abertas a todos, sem fazer qualquer como fez o professor A. Reforçando a ideia da existência de “profissionais” e “profissionais”, na mesma escola, na mesma sala, com os mesmos alunos e as mesmas dificuldades teve-se uma experiência totalmente diferente com a professora B que sim, levantava a bandeira da inclusão e sim, conseguia incluir aqueles mesmos dois alunos de maneira eficiente no plano de aula dela. Com o professor A nós nem nos sentimos a vontade para falar acerca da inclusão, já com a professora B foi diferente, ela deu toda a liberdade de perguntar e se dispôs a conversar. À questionamos sobre seus pontos de vista, as dificuldades enfrentadas e de que forma ela achava que poderia melhorar para realizar uma aula inclusiva de qualidade. Em resposta as perguntas ela contou que acredita que uma educação inclusiva possa existir sim, e tenta sair apenas da fala e partir para a prática, dando o seu melhor e fazendo a sua parte, pois sabe-se que tanto a legislação, como o discurso dos professores se tornaram rapidamente “inclusivos”, mas as práticas nas escolas nem sempre são consistentes com esses discursos (Rodrigues, 2006). Em sala de aula pode-se notar isso quando, dentro da explicação, ela usava de artifícios para chamar a atenção do aluno, usando mão da entonação de voz diferenciada, da linguagem corporal, de forma que não somente o aluno com DI prestava atenção como toda a sala de aula. Além disso, professora trouxe questionamentos e dificuldades bastante pertinentes sobre as práticas inclusivas, e alegou diversas vezes que tentava fazer a sua parte, mas dava de cara com barreiras que ela sozinha não podia derrubar, como a negligencia por parte de outros professores frente aos alunos com necessidades especiais, como demonstra na fala abaixo:

Eu faço a minha parte em sala de aula, tenho consciência disso, mas o meu esforço vai por água abaixo quando esse outro professor vai e desestimula o meu aluno dizendo que ele não sabe, que é para ele ficar quieto em uma atividade oral em sala de aula. Que tipo de inclusão é essa?

O que o menino vai sentir passando por uma situação dessas?

(PROFESSORA B)

Segundo Improvement Through Research In The Inclusive School (IRES) a qualidade da inclusão não é somente deliberado pela posição do aluno, é antes baseada na criação de um ambiente que apoia e inclui todos os alunos. Acerca das dificuldades por ela relatadas as mais pertinentes são relacionadas ao afastamento da professora do AEE em relação aos professores da sala comum, e da escola de uma forma geral com a família.

**RELAÇÃO ENTRE PROFESSORA DA SALA COMUM E PROFESSORA DO AEE** A professora do AEE na escola era novata, o que acabou dificultando a visualização da relação entre ela e os professores da sala comum, e além de ser nova na escola, esta professora do atendimento educacional especializado estava tendo na sua primeira experiência profissional nesse cargo o que dificultou duplamente a nossa observação. Mas como a professora B levantou como sendo uma dificuldade constante este distanciamento entre a professora do AEE e a professor da sala comum ela nos relatou um pouco sobre essa problemática:

Durante toda a minha permanência nessa escola tivemos cinco professores do atendimento educacional especializado e desses cinco professores eu só consegui realizar um trabalho bem feito e da forma como deveria ser sempre com uma dessas professoras e por que ela era minha amiga pessoal, então facilitava bastante o diálogo e a interação necessária para o trabalho com o aluno dar certo". (PROFESSORA B)

O MEC (2004) chama a atenção quanto ao suporte necessário aos educadores e gestores para a efetivação de uma educação inclusiva, quando diz que:

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de

soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação. (2004, p. 23)

Sobre a nova professora ela diz esperar coisas positivas, que ela faça o trabalho dela "direitinho" e que ambas possam se ajudar. A profissional do AEE tem uma intensa carga de responsabilidades e deveres a ser cumpridos, estando entre as suas atribuições **de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2009:**

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; [...]. (BRASIL, 2009) **RESSULTADOS E DISCURSÕES** A gestão da escola objeto das observações da pesquisa diz entender que "receber alunos que apresentam deficiências não consiste apenas na permanência física dos mesmos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever paradigmas e quebrar barreiras". O projeto pode constatar que na escola Paulo de Melo a gestão ainda precisaria melhorar aspectos relacionados à organização escolar e acerca das práticas inclusivas na escola para a efetivação dessa educação de qualidade. E como um efeito dominó, a desorganização escolar perpassa a gestão, se estendendo também aos professores. De forma que a interligação que julgamos ser necessária e é legitimada na Resolução 04/2009, como citamos acima, não se concretizava, fazendo com que o cuidado com os alunos fosse diferenciado dependendo do professor, no

sentido de que esse mesmo aluno em determinadas aulas era incluído, e determinadas aulas não, resultando no desenvolvimento dele em apenas algumas matérias, o que já seria um começo se a escola estivesse se articulando para mudar essa realidade, mas percebemos que afinal nada é feito com relação a isso. Dessa forma, devidos aos problemas aqui já citados como falta de incentivo da gestão para com os professores, falta de vontade desses mesmos professores em sala comum para prepararem aulas inclusivas ou sequer mudarem suas práticas educacionais de forma a incluir o aluno de alguma forma, pode-se notar que nesta escola em específico a efetivação da inclusão escolar de forma expressiva não se concretiza. E quando existem professores que acreditam e buscam esta efetivação eles são barrados por algumas dificuldades proporcionadas pela mesma gestão que diz aceitar o desafio é "rever os paradigmas". Nesta escola existe toda a problemática da desagregação dos professores, impedindo o trabalho pedagógico em equipe e de qualidade. Além disso, pode-se constatar a falta de acompanhamento dos pais como fator também determinante para a não efetivação da inclusão nesta escola. Muitos pais chegam a ser negligentes e colocar na escola toda a responsabilidade de desenvolver as competências de seus filhos, sem se darem conta de que é um trabalho que deve ser feito aos poucos, e a participação ativa dos familiares é um fator decisivo no desenvolvimento do aluno. Até por que existe a defasagem no atendimento e acompanhamento de crianças que necessitam de especialistas como: neuropediatra, psicólogo, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, e a escola sozinha não pode dar conta. Nesse sentido, a gestão necessita propor e realizar várias mudanças para que ocorra a efetivação das práticas inclusivas em sala de aula, principalmente no que diz respeito a desagregação hoje existente entre os membros da escola e familiares. Pois como a UNESCO, a partir da Declaração de Salamanca (1994) afirma:

Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes. (1994, p. 9)

Dessa forma, idealizamos que a gestão deveria se organizar para promover eventos que tragam os pais para mais perto da escola para que juntos busquem melhorar e trabalhar o desenvolvimento dos seus filhos dentro e

fora dela, já que conforme a SEÇÃO II, em um dos tópicos do artigo 70, é dever dos pais de alunos ou de seus responsáveis “participar das reuniões de pais e mestres, eventos cívicos e comemorativos”, nestes eventos também precisaria ser explanado aos professores a importância em garantir às crianças público alvo da educação especial uma educação de qualidade dentro das suas próprias limitações. E de uma forma mais específica, voltado para o corpo docente da escola deveriam existir reuniões onde seriam colocadas as pautas que dificultam ou impedem a não realização da inclusão de alunos com necessidades especiais. E nesse sentido, com a colaboração e o apoio de todos, a educação inclusiva iria se concretizando, até porque não é uma coisa que vá mudar de forma rápida e instantânea, é um processo de um longo caminho a ser seguido e o primeiro passo precisa ser dado.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. *Understanding the development of inclusive schools*. London: Falmer Press. 1999. ARANHA, M. S. F. *Inclusão social e municipalização*. In: Manzini, E. J. (org.). Marília, Unesp, 2000. BRASIL. Constituição Federal de 1988. BUENO, José G. S. *Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?* Revista Brasileira de Educação Especial, n.5, set. 1999, p.7-23. CARVALHO, R. E. *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. Porto Alegre: Mediação, 2000. CROCHIK, J. L. *Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva*. Projeto de Pesquisa.(2005). FEUERSTEIN. *Educação Especial – programa de Estimulação Precoce: uma introdução às idéias de Feuerstein*. Porto Alegre: Artmed,1995. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Lei nº 9.394/96 MANTOAN, Maria T. E. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: SENAC, 1997. MANTOAN, Maria Teresa Eglér.PRIETO, Rosângela Gavioli.*Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos*. São Paulo: Summus Editorial, 2006. Plataforma Cidadana per a una Escola Inclusiva (2006). Horitzó: Escola Inclusiva. Barcelona. [www.pangea.org/acpeap/doc%20pdf/horitzo.pdf](http://www.pangea.org/acpeap/doc%20pdf/horitzo.pdf)

(accessed July 18, 2009) RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: RODRIGUES, David (org.). Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade. Porto: Porto, 2003. ROPOLI, Edilene Aparecida [et.al.]. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a Escola Comum Inclusiva*- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010 v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar) SAGE, D.D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: SATAINBACK, S; SATAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. SILVA, F.G. *Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: o atendimento intelectual especializado (AEE) em discussão*. 2011. 166f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação. Fortaleza, 2011. SOODAK, L. *Classroom Management in a Divers e Society. Theory into Practice*. USA. (2003). UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Ministério da Educação e Ciência de Espanha: Salamanca, Espanha, 1994. WOOD, J. *Practical strategies for the inclusive classroom*. New Jersey: Pearson. (2009).

\*Assíria Vasconcelos Leitão: Aluna graduanda em pedagogia UFC  
assiriia@hotmail.com

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: